

Tema II — Bases para colaboração do público com a administração

— Mário B. Tamassia (pseudônimo Y. V. March), Delegado Seccional do Imposto de Renda em Ribeirão Preto, autor de "Modus Faciendi" (Ensaio indutivo pró-harmonia público-administrativa), com 67 pontos.

Tema III — Funcionamento de almoxarifados

— Jaime Pacini Coeli (pseudônimo Almo), da Companhia Paulista de Estradas de Ferro, Jundiá — São Paulo, autor de "Normas para o funcionamento de almoxarifados", com 73 pontos (prêmio de Cr\$ 5.000,00).

— Marcílio Vaz Torres (pseudônimo Justa Liça), oficial administrativo do M.G., autor de "Da organização e funcionamento de almoxarifados", com 62 pontos.

A identificação dos candidatos aprovados foi efetuada em sessão pública, realizada a 29 de maio último, no Auditório do M.T.I.C., tendo feito uso da palavra o Sr. Mário P. de Brito, Diretor da Divisão de Aperfeiçoamento do D. A. S. P., que felicitou os candidatos aprovados e salientou o bom êxito que êsses concursos vêm tendo, e, em nome dos concorrentes, o Sr. Sebastião de Sant'Anna e Silva, Diretor da Divisão de Orçamento do Ministério da Agricultura.

Quinta reunião mensal de 1944

"Problemas demográficos da atualidade"

Na quinta reunião mensal de estudos deste ano, da Divisão de Aperfeiçoamento do D.A.S.P., falou o Sr. João Lyra Madeira, técnico do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, e do Instituto de Resseguros do Brasil, que discorreu sobre alguns problemas demográficos da atualidade. Debateram a conferência do Sr. Lyra Madeira o Sr. Oswaldo Gomes da Costa Miranda, Diretor do Serviço de Estatística da Previdência e Trabalho (M.T.I.C.), e o Prof. Giorgio Mortara, consultor técnico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

Transcrevemos abaixo, integralmente, as falas dos partícipes daquela reunião, na ordem em que foram proferidas.

*

* *

O Sr. Lyra Madeira :

"1) — Uma meditação inicial sobre o tema desta conferência, que poderia ser classificada de puro devaneio, nos conduziu de associação em associação a pensar sobre vários assuntos correlatos e a concluir pelo entrelaçamento internacional sempre crescente dos problemas econômicos e sociais como consequência natural do surto de progresso no terreno dos transportes e das comunicações.

Neste ponto do meu devaneio as idéias súbitamente se revolveram e um pensamento antagônico, que dormentava no interior daquela balbúrdia, sobrepujou os demais e nos conduziu através dos espaços sobre os planetas, as estrêlas,

as constelações, as galaxias, até o bordo do universo. Meditei então sobre a ousada teoria astrofísica do "Universo em expansão", devida a um dos gigantes da física estelar, M. Artur Eddington. Segundo esse físico, o universo inteiro teria sido inicialmente uma imensa massa gasosa que em dado momento explodira. Grandes blocos se desprenderam dessa massa inicial e foram jogados no espaço com velocidades incríveis, constituindo cada um deles uma galaxia; dentre os vários bilhões de galaxias que ainda hoje continuam vagando, uma delas, a "Via Lactea", foi constituída, como as demais, por análogos fenômenos internos.

Dentro dessa galaxia houve uma parcela minúscula que também explodiu dando lugar ao Sol e aos planetas, entre os quais figura a Terra. Todo o sistema continua em movimento em virtude da hecatombe inicial, e nós, que nos consideramos os reis desse universo grandioso, estamos sendo conduzidos irrevogavelmente através dos espaços juntamente com a nossa galaxia. Foi então que eu percebi a idéia responsável por essa minha viagem súbita aos confins do universo; fôra a idéia de contração associada à de expansão do universo de Eddington.

Quando os contemporâneos de Brucutú povoavam o nosso globo, a Terra era um imenso geóide que no mínimo exigia mais de 400 dias para ser circundado. Hoje, quando o Brucutú apenas povoa um pedacinho de página do Globo do Sr. Roberto Marinho, a situação é completamente diversa: a Terra é um minúsculo esferóide que pode ser circundado em menos de 4 dias, e em torno do qual uma notícia pode circular 7, 5 vezes em um segundo.

Devemos pois concordar que, se o Universo está em via de expansão, a Terra pelo contrário vem sofrendo uma vertiginosa contração.

Aquilo que nós, geomêtricamente, denominamos de contração da terra, os senhores poderão chamar de aumento

da velocidade dos transportes e das comunicações e com essa convenção mútua nós nos entenderemos daqui por diante.

Tudo hoje se passa como se as nações estivessem mais próximas, se os mares fôsem mais estreitos e os ares menos amplos. Com essa aproximação — e também com o aumento das massas transportadas — uma crise de algdão pode afetar no mesmo instante os agricultores da Polônia, os trabalhadores da Alsácia, do Brasil, e os industriais de Nova York ou Londres, interessando a subsistência de milhões de homens, mulheres e crianças, que habitam as regiões aparentemente mais afastadas. As idéias dos homens se espalham rapidamente sobre a Terra, como se todos estivessem conversando, numa imensa reunião, em torno de uma vasta mesa redonda. E' pena que esse encurtamento de distâncias não tenha sido convenientemente aproveitado.

2) — Pouco antes de 1.800, Malthus havia previsto para o mundo, em face dos dados estatísticos existentes, uma situação angustiosa de miséria futura. Enquanto as populações tendiam a crescer em progressão geométrica, os meios de subsistência cresceriam no máximo em progressão aritmética; em dado momento, as condições seriam tais que os povos não se poderiam desenvolver e os homens morreriam à míngua em virtude da escassez dos meios de subsistência. Malthus foi o primeiro homem a estabelecer, explicitamente, relações de equilíbrio econômico-demográfico.

A Índia e a China são talvez os únicos países da terra que se encontram em condições muito próximas das que Malthus previra. Aí muitos milhões de homens morrem de fome. Não queremos dizer que só nesses dois países haja miséria; mas certamente em nenhum outro o problema é tão angustioso. No entanto, em todas as nações poderemos localizar grupos de seres humanos vivendo em condições análogas, sob constantes sobressaltos, permanentemente ameaçados pela fome que ronda as suas casas. Conforme já tivemos ocasião de salientar em uma outra conferência, enquanto existe essa miséria, "enquanto milhões de seres humanos morrem de fome, sucedem-se as crises de superprodução: os frutos da terra são queimados ou jogados ao mar, e as vinhas arrancadas". Esta coexistência de fome e abundância de produtos constitui um estranho paradoxo do mundo atual, a que alguém denominou de "miséria da abundância" por oposição à miséria da escassez de que falava Malthus. Sobre esse paradoxo a economia dos povos modernos vem se arrastando há longos anos sob a ação de analgésicos, em um contínuo estado de tensão, fonte permanente de insegurança e sobressalto sociais.

O desenvolvimento da ciência e da técnica permitiu evitar os males que Malthus pressentira. Foram resolvidos os mais intrincados problemas e inventados os engenhos mais complexos e admiráveis; mas, apesar disso, as economias nacionais permanecem ainda hoje ineficientes para levar o alimento e a vida a muitos milhões de homens, e não se conseguiu sequer estabelecer um ponto de equilíbrio econômico: as crises e as depressões se sucedem e de há muito o mundo se encontra em um estado de crise permanente. Se lançarmos o olhar sobre o comércio internacional — onde se poderia esperar uma organização modelar — verificamos que a situação não é melhor.

Ao protecionismo brando, gerador de economias nacionais, seguiu-se um protecionismo desenfreado, uma competição universal sem limites. Cada país se encerrou dentro de elevadas muralhas protecionistas que correm ao longo das suas fronteiras — barreiras alfandegárias, barreiras contra a imigração, barreiras de toda espécie — verdadeiras cadeias de montanhas que dificultam as relações entre os povos. As tarifas alfandegárias, em nome da defesa da economia nacional, subiram rapidamente a 50, a 100, a 150 e a 200% do valor do produto e as listas foram desdobradas e acrescidas de novos elementos. Todas as economias se organizaram dentro do princípio de incentivar cada vez mais as trocas dos produtos da indústria, sem que se verificasse se isso redundaria em ativar as trocas dentro de um grupo relativamente pequeno, ou estendê-las a uma massa de indivíduos cada vez maior. A indústria se organizou no sentido de produzir cada vez mais intensamente, mas o aumento da produção e os produtos novos se escoaram, como era lógico, dentro da organização, através da linha de menor resistência, atendendo as necessidades novas sempre crescentes do pequeno grupo onde as trocas se realizavam. Os sistemas econômicos têm dificultado a tarefa para que foram criados. Relembramos um trecho de Paul Valery, onde o autor sintetiza as condições paradoxais em que vive de há muito a economia social dos povos:

"Queimais, jogais, desnaturais uma quantidade enorme de excelentes produtos da terra e no entanto milhões de seres aqui e ali têm dificuldade em conseguir o necessário à sua subsistência. Imaginais, organizaís os meios mais rápidos de atravessar os espaços, mas levantaís imediatamente barreiras e obstáculos onde o viajante parado, revistado, visitado, suspeitado, perde um tempo infinito antes que lhe seja permitido, por uma espécie de favor sempre incerto, penetrar numa região que não é menos miserável que aquela que ele acaba de deixar".

3) — A economia dos povos começou com a necessidade de atender à sua subsistência. Cada indivíduo produzia o necessário para viver com a sua mulher e seus filhos. Tinha a organização um sentido puramente familiar. Aos poucos a economia começou a se organizar sob uma forma mais ampla, um sentido nuclear limitado.

Um grupo de famílias produzia em conjunto o necessário para a sobrevivência de todos; o regime de trocas permitia a consecução desse objetivo. Aos poucos o núcleo foi aumentando, surgiu a moeda, organizaram-se as economias nacionais, e por fim a economia mundial. Mas nesse desenvolvimento para abranger um campo cada vez mais amplo, ela foi ao mesmo tempo perdendo o sentido inicial da sobrevivência dos indivíduos do grupo. Entendemos aqui a sobrevivência no seu sentido mais geral. Em dada fase do desenvolvimento social, a sobrevivência tem apenas o seu significado biológico restrito: exige quase exclusivamente o alimento. Numa fase seguinte, é necessário o teto; a seguir, tornam-se indispensáveis a educação e habilitações técnico-profissionais para fazer face à concorrência, etc. Assim, entendemos por sobrevivência a "sobrevivência social". Ainda mais, é

necessário que essa sobrevivência não seja garantida apenas para o indivíduo em si, mas também para sua mulher e seus filhos, isto é, para o núcleo mínimo, a célula da sociedade, porque de outra forma seria um fardo o casamento, e um terrível ônus a procriação. Compreendida a sobrevivência social sob esse aspecto, é claro que o desenvolvimento da economia dos povos aos poucos foi perdendo, pela complexidade do arcabouço, a sua meta inicial: isto é, garantir as condições mínimas de sobrevivência social de todos os indivíduos, com o máximo de bem estar.

Um dos problemas demográficos mais importantes é o de se obter o equilíbrio demográfico no ponto denominado "ótimo" de população. Esse ponto ótimo pode ser variável, mas implica na existência de um equilíbrio entre as condições econômicas e as condições demográficas.

Uma comparação — os ouvintes me perdoem essa mania — esclarecerá um pouco o assunto. Vito Volterra, examinando do ponto de vista matemático as condições de equilíbrio das espécies, estudou, entre outros, o caso de duas espécies em que uma se alimenta exclusivamente da outra. Vamos supor, apenas para fixar idéias, que uma das espécies seja constituída por um rebanho de ovelhas e a outra por um imenso grupo de lobos. Imaginemos que esses lobos se alimentam exclusivamente daquelas ovelhas. E' claro que se estabelecerá um equilíbrio — e Vito Volterra estabeleceu-o matematicamente — entre o número de ovelhas e a população dos lobos. E' impossível imaginar-se um crescimento indefinido dos lobos não condicionado ao desenvolvimento do número de ovelhas, porque um excesso dos primeiros provocaria um desaparecimento mais rápido daquelas, até que, pela morte de vários lobos famintos, a proporção voltasse a um valor compatível com a cota mínima de ovelhas por lobo. Se em dado momento um grupo de lobos resolvesse açambarcar maior número de ovelhas e fazer suas refeições mais lutas, um outro grupo ficaria prejudicado e faminto e em parte morreria.

O ponto ótimo para a população dos lobos seria aquele em que coubesse a cada um uma maior parcela de ovelhas compatível com a sobrevivência de toda a espécie, dentro das melhores condições de satisfação geral.

Não queremos absolutamente com este exemplo insinuar, sequer, a divisão da humanidade em lobos e ovelhas; a não ser que o exemplo tenha escapado com esse sentido do subconsciente, ele é puramente fictício e qualquer analogia entre a realidade dessa região dos lobos e o panorama do mundo atual é mera coincidência. A nossa idéia — pelo menos dentro do campo do consciente — é muito menos deprimente. O rebanho de ovelhas seria para nós o conjunto de bens econômicos postos à disposição dos indivíduos. Os lobos — desculpem-nos os presentes porque da segunda analogia não conseguimos escapar — os lobos seriam mesmo os homens. Do mesmo modo que entre os lobos e ovelhas, deveria haver entre as populações e o conjunto de bens econômicos uma situação de equilíbrio. E' claro que entendemos os bens econômicos no sentido que lhes atribuí a economia política: o feijão, o arroz, a casa, a entrada para um cinema ou teatro, a escola, um saxofone ou um passeio; enfim, o conjunto dos bens que os homens, pelo seu organismo, pela voz da razão ou da fantasia, sentem necessidade de possuir. Esses bens

podem não ser atuais; é assim que nós podemos abrir mão de adquirir imediatamente certos bens, a fim de economizar, para conseguir uma maior satisfação no futuro comprando, por exemplo, uma casa.

Com esta acepção de bens econômicos, surge uma outra diferença entre o país dos lobos e esse mundo que dizemos nosso. Entre os lobos é constante, ou pelo menos varia entre limites muito restritos, a cota de ovelhas representativa do máximo de bem estar, ou da completa felicidade. Entre os homens a situação é muito diversa. Em primeiro lugar, a felicidade dos homens não consiste apenas em possuir tudo mas em poder possuir; não se trata, pois, de uma igualdade de posses, mas de uma igualdade de possibilidades. Em segundo lugar, as necessidades não são as mesmas para todos os indivíduos. Para uns, um ingresso no teatro a fim de assistir a uma ópera, ou a uma orquestra sinfônica, representa um grande bem estar, ao passo que para outros isso podia apresentar um interesse secundário ou mesmo mal-estar. Para um terceiro, nadá mais agradável do que assistir a uma partida internacional de "football", enquanto para um quarto desagradaria esse espetáculo, pelo menos enquanto não houvesse — como diz o Barão de Itararé — junto aos estádios grandes hospitais com famosos ortopedistas para consertar as pernas e os tornozelos das equipes ou pelo menos devolver ao país de origem, convenientemente recomposto, o cadáver do jogador. Parece, no entanto, que para todos os homens o caminho da felicidade começa no estômago, de onde não chega a sair no caso dos lobos. Aí, na origem, o caminho do bem estar é muito aproximadamente idêntico para todos os seres humanos; mas, logo a seguir, começam a divergir de indivíduo para indivíduo. Para alguns, ao sair do estômago passa pelo coração; para outras, ele vai primeiramente à razão; mas por fim, depois de várias curvas e rodeios, entra pelas circunvoluções cerebrais e vai à região da fantasia.

Assim, em face das diferenças psicológicas, morais, intelectuais, etc., não podemos estabelecer que todos os homens devem possuir idênticas parcelas de todos os bens. Mas, por outro lado, nenhuma dessas parcelas poderá ser interdita a qualquer dos homens; deve haver, repito, equivalência de possibilidades. Não é razoável que um grupo percorra o caminho da felicidade até as regiões mais recônditas da fantasia, enquanto a outros não tenha sido dado percorrer sequer o trecho que se acha dentro do estômago.

A organização social e econômica de uma nação deverá permitir essa igualdade de possibilidades entre os seus habitantes, e à organização mundial cumpre realizar a mesma tarefa com relação aos povos. Nessas condições, será possível, como entre os lobos e ovelhas do nosso exemplo, estabelecer-se um ponto ótimo de população, correspondente ao máximo de bem estar social, em equilíbrio com o sistema econômico.

4) — No rápido esboço que fizemos, procuramos sintetizar, dentro do curto espaço de que dispúnhamos, a situação deplorável e paradoxal em que se encontra a economia mundial, considerada sob o aspecto de um sistema organizado no sentido de distribuir o bem estar entre os homens, porque não é outra a sua função. E' estranho que, dispondo o mundo de todas as condições favoráveis para a consecução desse resultado, com a posse que tem de quase

tôdas as energias da natureza através dos inventos mais sensacionais, tenha chegado à contingência de aplicar êsses maravilhosos engenhos para a fabricação de perigosos brinquedos tais como canhões, submarinos e bombas, com que destroem aquilo que com tanto sacrifício construíram.

Mas é infelizmente a contingência da época, e qualquer outro problema que não seja a construção do melhor engenho de destruição só pode ser considerado como um problema de após-guerra. Devemos ainda fazer uma distinção: os problemas de após-guerra dependem em grande parte de como sairá o mundo desse conflito, porque haverá na realidade dois problemas: um, transitório, relativo ao reajustamento econômico social, e outro definitivo, que terá por fim a concepção e organização de um mundo novo. Nessa ordem de idéias, e em face do entrelaçamento cada vez mais íntimo dos povos, produzido pelo progresso da técnica, parece-nos que nenhum problema econômico e social poderá ser resolvido sem o concurso de todos os povos e sem que se levem em consideração o seu caráter universal. Não queremos com isso deixar de reconhecer uma realidade brasileira, ou uma realidade americana; muito já se tem falado, com bom senso e com grande talento, sobre êsses dois temas. É talvez oportuno falar-se sobre uma realidade universal, embora localizando-se no seu bojo a realidade brasileira.

O problema demográfico apresenta, como o econômico, ao qual está estreitamente ligado, esse caráter universal, e a situação demográfica do mundo não é menos inquietante do que o seu panorama econômico.

Começemos por focalizar rapidamente as condições demográficas da terra. Na Ásia saientamos, como representativos de uma característica especial sobre a qual voltaremos, a Índia e a China. Êsses dois países abrigam cerca de 800.000.000 de seres humanos. Um pouco menos da metade vive na Índia, onde as mulheres casam muito cedo e procriam fartamente. Mas, a par disso, a mortalidade, principalmente nas primeiras idades, é extremamente intensa. A vida média de um indiano ao nascer é inferior a 27 anos. Além da grande variedade de moléstias, a fome é responsável pelo desaparecimento de muitos milhões dos seus habitantes.

Se por um lado a fecundidade é elevada, a mortalidade tem em média quase o mesmo nível da natalidade e o crescimento da população da Índia é muito lento.

Na China, as condições são muito análogas. Mas os poucos dados estatísticos disponíveis não nos permitem uma apreciação segura. Apesar disso, sabe-se que a natalidade é muito elevada e que o coeficiente de mortalidade é possivelmente superior ao da Índia, estando a sua população praticamente estabilizada, com freqüentes decréscimos anuais. A mortalidade pela fome é também muito considerável; talvez superior à daquele país.

A Índia e a China são duas regiões de população muito densa e que se acham em condições de miséria muito análogas às que Malthus previa para o mundo.

Consideremos agora os povos da Europa, onde predomina quase sempre a insuficiência da fecundidade para a manutenção do seu crescimento. Todos eles, porém, dadas as boas condições sanitárias, têm em geral uma mortalidade baixa, e, com a exceção da França, onde já se têm verificado decréscimos anuais na população, isto é, o número de

óbitos superior ao de nascimentos, todos os demais se encontram ainda em fase de crescimento. Mas, como veremos, muitos deles, apesar do crescimento da população, já apresentam os sintomas de uma regressão futura, porque a fecundidade, apesar da baixa mortalidade, tem um nível inferior ao necessário à reposição das gerações. Pode parecer estranho que uma população em que o número de nascimentos é superior ao de óbitos não esteja repondo as suas gerações. Alguns exemplos farão compreender essa possibilidade. O primeiro, um pouco irreal, é o seguinte: se em dado momento todos os recém-nascidos de um país fôssem de um mesmo sexo, as suas condições demográficas futuras iriam sofrer algumas alterações. Se essa circunstância se repetisse durante todos os anos seguintes, por maior que fosse a natalidade, a população cresceria ainda até um certo ponto, para depois decrescer e se aniquilar.

Um outro exemplo: se todos os casais tivessem um filho apenas, uma população poderia crescer durante algum tempo mas não estaria satisfazendo as condições de reposição, porque cada casal — duas pessoas portanto — estaria, no fim de algum tempo, substituído por uma — o filho único. Nessas condições, um incentivo dos casamentos nenhuma influência benéfica traria às condições demográficas, se os novos casais também mantivessem o regime de filho único. A média de dois filhos tidos por casal ainda seria insuficiente:

1.º) — porque alguns dos filhos morreriam antes de atingir a idade de procriar;

2.º) — por alguns serem estéreis.

Para compensar essas duas circunstâncias, seria necessária uma média superior a dois filhos tidos por casal, sendo em geral suficiente a média de três. Assim, pois, uma população apesar de crescente pode não estar satisfazendo as condições de reposição; diz-se então que é virtualmente regressiva. Em caso contrário, será progressiva. Teremos assim para as populações, fora a hipótese limite de estabilidade, os 4 casos:

Crescente progressiva
Crescente regressiva
Decrescente progressiva
Decrescente regressiva

Na realidade, as condições de reposição são apreciadas através do índice de reposição de Boeck ou taxa líquida de reprodução. Esse índice exprime a relação entre o número de filhos tidos por uma geração de recém-nascidos durante todo o período de atividade reprodutiva e o número de componentes do grupo inicial. Se esse índice é igual a 1, a população satisfaz as condições mínimas de reposição; se for superior, as condições estarão satisfeitas com folga e, se inferior, a reposição será insuficiente.

Examinemos sob esse aspecto, as condições da Europa (1). A Inglaterra e Gales apresentavam em 1921 um índice de reposição de 1,087. Em 1931, o seu valor desceu a 0,812 e em 1933 era de 0,734. Assim, há mais de 13 anos, as condições demográficas da Inglaterra são

(1) A maioria dos dados estatísticos foram retirados de um quadro do livro *Poblacion Mundial*, de CARR SUNDERS.

deficientes quanto à reposição, e de ano para ano essas condições se agravam.

A Escócia, em 1934, apresentava uma taxa de reprodução de 0,912, também insuficiente.

Na Dinamarca, ela vem decrescendo lentamente desde 1890 e em 1933 já era inferior à unidade: 0,910. A França já em 1898 tinha um índice de reposição inferior à unidade: 0,979. E' o país que há mais tempo apresenta uma reposição insuficiente, que já se concretizou em decréscimos reais. Esse valor desceu até 0,820 em 1933. A Alemanha em 1925 apresentava a taxa de 0,924 que decresceu a 0,700 em 1933. A Suécia, para o período de 1926 a 1931, tinha uma taxa de 0,857, decrescendo em 1933 a 0,730. Na Áustria, em 1928, o índice era 0,782, baixando a 0,670 em 1934. A Finlândia, em 1933, tinha uma taxa de reposição de 0,9 a Hungria de 0,91.

Fora da Europa, a Austrália (população branca), no triênio 1931-1933, tinha uma taxa de reprodução de 0,976, e a Nova Zelândia, em 1933, a de 0,978.

Nos Estados Unidos, em 1930, a taxa de reposição era de 1,08, decrescendo logo a seguir, segundo um cálculo de Depoid, a 0,98. Segundo este último autor, além dos países citados, ainda apresentavam em 1930 taxas inferiores à unidade a Estônia, a Letônia, a Suíça, a Noruega, a Tcheco-Eslováquia e o Luxemburgo.

As piores condições em 1930 eram as da Alemanha, Áustria, Suécia, Inglaterra e Suíça. Para esses países, mesmo que se conseguisse realizar a hipótese absurda de que nenhum recém-nascido morresse até atingir a idade de 50 anos, de modo a se aproveitar o máximo da atividade reprodutiva de todo o grupo, ainda assim não seria possível manter o equilíbrio das suas populações.

Os outros países da Europa, tais como a Rússia, a maioria dos países balcânicos, a Polônia, a Itália, Portugal, etc., possuíam coeficientes de reposição superiores à unidade. Assim mesmo, embora apresentando ainda valores compatíveis com a manutenção das suas populações, em todos eles esses valores vinham decrescendo sistematicamente. A Ucrânia, por exemplo, que em 1896-1897 tinha uma taxa de 1,96, apresentava em 1929 a taxa de 1,29; na Bulgária, a taxa decresceu de 1,88 em 1920-1923 a 1,3 em 1934; etc.

Na América, o Canadá em 1930 ainda tinha taxa superior à unidade. Para o México, a América Central e América do Sul há poucos dados a esse respeito. Mas, segundo alguns estudos do Professor Mortara, as condições de reposição são ainda folgadas. O professor Mortara calculou para o Brasil em 1920 a elevada taxa de reprodução de 1,98, comparável com a da Ucrânia em 1896. O seu nível atual é ainda elevado. (2)

E' provável que todos os países da América do Sul apresentem ainda hoje uma taxa de reprodução bem superior à unidade.

Não temos dados sobre o Japão, mas em face da limitação da prole, que ali é orientada pelo próprio Estado,

é provável que, embora ainda elevada, a taxa de reprodução seja também decrescente há vários anos. (3)

Perdoem-nos os ouvintes essa catarata de números, mas ela era necessária para fixar o nosso pensamento: as condições demográficas do mundo não são melhores que as suas condições econômicas.

Em um primeiro grupo, encontramos a Índia e a China no limiar da miséria malthusiana; em um segundo grupo, os Estados Unidos e um grande número de povos da Europa e da Oceania em condições demográficas insuficientes para a manutenção da espécie; em um terceiro, enfim, os povos da América do Sul, o Canadá, o Japão e, na Europa, a Rússia, os países balcânicos, a Polônia, a Itália, Espanha e Portugal em situação ainda favorável, porém caminhando provavelmente para as mesmas condições de insuficiência dos demais.

5) — Muitos países têm adotado políticas diretas e indiretas no sentido de incrementar suas populações. Embora o incremento de população resulte da diferença entre nascimentos e óbitos, todos os governos, quando se defrontam com o problema, procuram na realidade incrementar os nascimentos, e nunca reduzir os óbitos. As campanhas de incentivo mais intensas foram desenvolvidas na Itália e na Alemanha. Neste último país, o governo constituía um fundo anual de 150 milhões de marcos para empréstimos de casamento, tendo sido concedidos em 1933 mais de 140 mil empréstimos e, em 1934, mais de 220 mil. Convém salientar desde logo que quando a fecundidade é insuficiente, se essa insuficiência se mantém para os novos casais, nenhuma alteração poderá trazer à tendência demográfica o aumento de casamentos. Os resultados de tôdas essas campanhas não corresponderam absolutamente às expectativas, e a tendência demográfica não se modificou sensivelmente.

No Brasil, as condições demográficas ainda são boas — e potencialmente ótimas — comparadas com as da maioria dos países. No entanto, os elementos estatísticos demonstram um certo declínio do coeficiente de natalidade, em virtude da penetração cada vez mais intensa do regime de limitação da prole.

Algumas medidas de incentivo à natalidade têm sido adotadas, tais como o imposto de solteiros, além de outras com a finalidade direta de proteção às famílias numerosas, que podem representar também, indiretamente, um incentivo à procriação.

Convém no entanto salientar um aspecto, sobre o qual já insistimos em outra conferência, e que ao nosso ver é fundamental para o Brasil. O incremento de população é a diferença entre nascimentos e óbitos. A taxa de natalidade no Brasil ainda é muito elevada; seu nível é talvez superior a 40%; no entanto, a mortalidade é também bastante forte, cerca de 20%. Nas idades jovens — principalmente no primeiro ano de vida e na primeira infância — a mortalidade brasileira é particularmente elevada. Ora, as crianças que hoje nascem devem constituir a base do futuro demográfico do país; mas, de cada 100 recém-nascidos, somente 67 atingem à idade de 15 anos,

(2) O professor Mortara calculou ainda a taxa de reprodução para o Chile, encontrando — para o período 1934-1935 — o valor 1,34.

(3) Posteriormente foi-me confirmado pelo professor Mortara que o índice de reposição do Japão em 1925 era 1,65 e, em 1934, 1,44.

ou seja, apenas os 2/3 do contingente inicial poderão estar aptos a procriar. Uma redução da mortalidade no período de 0 a 15 anos teria pois uma ação grandemente favorável, aumentando aquêlê contingente e melhorando assim as condições demográficas do país. Antes de incentivar fortemente a natalidade, ou a par dêsse incentivo, é aconselhável uma política intensa de redução da mortalidade infantil. Se queremos fazer nascerem as crianças, devemos fazê-las nascer para a vida, porque elas têm êsse direito e porque é êste o maior interesse da sociedade.

Resumindo o que dissemos nesta rápida exposição concluímos :

I) — Que, no sentido do bem-estar geral da humanidade, muito pouco tem conseguido a economia mundial. As condições dos povos, nesse particular, são deploráveis e os sistemas econômicos nacionais e internacionais não atingiram ainda uma forma salutar de equilíbrio.

II) — Que as condições demográficas atuais são igualmente desfavoráveis ao desenvolvimento da espécie humana e deficientes em grande número de países à manutenção de suas populações.

6) — Sendo os bens econômicos um conjunto de bens destinados ao alimento do homem, — alimento do corpo e do espírito, — para a conservação da espécie, a conclusão final e singela é que o sistema econômico-social não apresenta o mínimo de condições suficientes ao estabelecimento de um ponto de equilíbrio demográfico, compatível com a renovação mínima da espécie.

Essa conclusão exige porém alguns esclarecimentos complementares.

Nós vimos que um grande número de povos na atualidade apresenta uma taxa de reposição inferior à unidade; em alguns países, tais como a Inglaterra, a Alemanha, a Suíça, a Suécia e a França, o assunto exige uma solução urgente. A sobrevivência de todos êsses povos não está garantida pela fecundidade reinante combinada com as respectivas leis de mortalidade, não sendo possível, na maioria dos casos, resolver o problema por uma redução de mortalidade. Essas condições insuficientes resultam de um fato: estabeleceu-se entre os povos o regime de pequena família. Êsse regime já havia dominado na Europa há mais de 300 anos, mas por uma forma diversa da de hoje. Os povos ameaçados pelo superpovoamento adotavam, muitas vezes compelidos pelo Estado, processos drásticos para reduzir o crescimento da população, os quais redundavam sempre em graves ofensas físicas, psicológicas e morais. O infanticídio era um dêsses métodos contrários aos sentimentos humanos, e que vigorou no Japão até meados do século passado. A limitação da prole representava tais sacrifícios que por isto mesmo era garantida sua manutenção, embora o ponto de equilíbrio não correspondesse sempre ao "ótimo demográfico", isto é, ao maior grau de bem-estar. Depois que a ciência e a técnica, no intuito de resolver o grave problema do superpovoamento, forneceram aos homens processos humanos e simples de limitação da prole, estabeleceu-se então um novo regime de pequena família, que difere do antigo porque êste era compulsório e o atual é voluntário. Eis-nos pois chegados ao ponto fundamental: todos

os povos se preocuparam sempre com o problema da limitação da natalidade em virtude da ameaça do superpovoamento. O antigo proprietário de uma pequena quadra de terra via sempre com angústia o aparecimento de um novo filho na sua família já numerosa, porque em breve a sua pequenina propriedade não seria suficiente para alimentar a todos. Mas os processos de limitação implicavam em tais sacrifícios que a sua utilização era feita dentro do mais estrito comedimento, resultando garantida uma reposição mínima da espécie. Hoje, os métodos anticoncepcionais são quase perfeitos e, uma vez vencidas as primeiras resistências de caráter moral — graças à propaganda iniciada na França e desenvolvida intensamente na Inglaterra, de onde se estendeu ao resto do mundo — instalou-se entre os povos o regime voluntário da pequena família. Assim, no regime antigo, as dores físicas, psicológicas e morais constituíam forças naturais que se opunham à utilização do método limitativo, o desaparecimento daqueles sacrifícios, resulta que já não interviessem, a reposição mínima da espécie. Hoje, com o desaparecimento daqueles sacrifícios, resulta que já não há a menor garantia de uma utilização comedida da limitação, e, com isso, o ponto de equilíbrio demográfico se acha indeterminado. Deveriam então os poderes públicos, em face dêsse perigo, condenar e reprimir os métodos anticoncepcionais? Não seria aconselhável e nem mesmo possível uma tal política. Em primeiro lugar, porque só se podem reprimir pela força do poder público os atos individuais e não os reclamos coletivos. Por outro lado, a limitação da natalidade representa uma conquista da ciência no sentido da solução de um problema premente da humanidade e tem por isto seus aspectos positivos. Condená-la em princípio seria o mesmo que condenar o avião porque pode ser utilizado como arma de destruição. Assim, a adoção desta política, como aconteceu em alguns países, seria tão ineficiente como a do desarmamento dos povos. Não se adiantaria muito na solução do problema obrigando os homens a ter mais filhos, mas sim fazendo com que êles desejem ter mais filhos. As forças contrárias que se deverão opor à extinção da espécie, para a fixação do ponto de equilíbrio, deverão ser encontradas no sistema econômico-social. Por analogia com o equilíbrio que se estabelece entre os lobos e as ovelhas no exemplo que figuramos, os povos devem buscar um equilíbrio entre o conjunto dos bens econômicos — espécie devorada pelo nosso corpo e pelo nosso espírito — e as suas populações. Sômente um sistema econômico adequado, organizado no sentido do maior bem-estar social, será capaz de fornecer as componentes que faltam ao sistema demográfico para restabelecer o equilíbrio destruído. Tôdas as medidas de incentivo à natalidade até hoje postas em prática por vários países têm sido insuficientes para alterar convenientemente a tendência demográfica das suas populações; mas nem por isso devemos condená-las: essas medidas, convenientemente adaptadas às condições específicas de cada país, serão mesmo necessárias à reconstrução demográfica do mundo; mas elas por si sós são insuficientes, porque o fenômeno é muito complexo e as suas causas fundamentais muito mais profundas do que em geral se supõe. Em todos os povos, uma vez vencidos os obstáculos da tradição e da moral popular, — e a miséria, a fome, o superpovoamento são fatores suficientes para ven-

cer estes obstáculos — limitação voluntária da prole se estabelece sem que haja forças capazes de garantir, por uma espécie de mecanismo auto-regulador, o equilíbrio demográfico. Acreditamos que haja casais sem filhos, ou com poucos filhos, por motivos fúteis; mas o fenômeno coletivo da insuficiência dos filhos tem origem em causas mais profundas. O desejo natural de ter filhos resulta como uma espécie de necessidade de vida eterna. Nós desejamos progredir na escala social e adquirir um grau mais elevado de bem-estar, mas queremos também ser eternos e reviver em nossos filhos; desejamos que eles sejam pelo menos o que somos, por uma espécie de instinto de continuidade e de progresso do eu, através das gerações. Por isso nós procuramos economizar, trabalhar no sentido do futuro dos filhos para garantir-lhes condições pelo menos iguais às nossas, porque não estamos certos de que a sociedade as garanta. Mas quanto mais filhos tivermos, menores serão as possibilidades que poderemos reservar para cada um, e, como é maior o amor pelos filhos que já nasceram ou foram concebidos, nós damos preferência a estes e procuramos limitar a prole. Por outro lado, novos filhos constituiriam estorvos atuais não desprezíveis e dificuldades às vezes bem grandes. Assim, entre as forças que em cada casal incitam, por um lado, a ter filhos, e por outro a limitá-los, se estabelece um certo equilíbrio. Ora, esse equilíbrio — se as condições econômico-sociais não forem bastante adequadas — poderá verificar-se em um ponto tal que o número de filhos dêle resultante não seja suficiente para a manutenção da espécie. E' exatamente isto o que, ao nosso ver, está acontecendo no mundo atual. O ponto de equilíbrio reprodutivo individual, em face das condições econômico-sociais, está abaixo do ponto de equilíbrio demográfico. Como desejar mais filhos o pobre operário faminto que passa horas de pé numa fila imensa de "sem trabalho" para receber uma pensão de *chômage* que mal chega para alimentar aqueles de quem ele já gosta? Como desejarem mais filhos as mães que, ainda pelas contingências econômico-sociais, precisam trabalhar, se não há em número suficiente, e convenientemente orientadas, creches e jardins onde deixá-los? Como desejá-los se a educação é custosa e se as mães querem reservar aos que já estão vivos o máximo de seus esforços e de seu desvelo? Como desejar mais filhos o casal que, à custa de grandes esforços, conseguiu comprar por Cr\$ 200.000,00 uma pequena casa com dois quartos e sem terreno, ou que, dentro das suas posses, só encontra nos jornais o anúncio "aluga-se a casal sem filhos, um pequeno apartamento independente"?... Voltar, regredir, sujeitar-se a condições piores do que as já conseguidas, colocar-se em situação de inferioridade com uma prole numerosa mas doente, subnutrida, sem perspectivas de um futuro confortador, não é um horizonte capaz de incentivar o desejo natural de procriar, já enfraquecido pelas dificuldades atuais. O comerciante, o capitalista, o operário ou empregado público, o rico ou o pobre, todos enfim, sentem as condições desfavoráveis de uma prole numerosa. Para contrabalançar essa situação de inferioridade muito pouco têm contribuído os sistemas econômico-sociais. Muito se tem escrito e praticado em matéria de economia: economia das trocas e economia monetária, a economia capitalista e a economia marxista, teorias de crises e depressões, todos esses assuntos enchem volumes e volumes que dariam para

formar muitas bibliotecas. Mas o sistema econômico se tem desenvolvido como um corpo de doutrina isolado do sistema demográfico, quando na realidade, para os homens — como, para os lobos do nosso exemplo, as ovelhas — o conjunto dos bens econômicos não é mais do que uma espécie a ser devorada, e a economia o meio mais fácil de consegui-lo. Depois desta guerra o mundo seria mais promissor se o sistema econômico fôsse bem estruturado sobre o princípio básico do equilíbrio demográfico, de modo a permitir aos homens — ávidos de bens econômicos — o máximo do bem-estar social. Talvez assim, para o futuro, a história de cada povo pudesse ser sintetizada na frase de contos de fadas: "era uma vez uma terra promissora onde habitava um povo feliz."

*

* *

O Sr. Costa Miranda :

"Cabe aos encarregados do debate — e tenho a honra de figurar entre os convocados para esta confortadora reunião, em que ouvimos a palavra entusiasta de João Lyra Madeira e recolheremos o comentário erudito de Giorgio Mortara — cabe-lhes, repito, louvando-me na clareza do texto em que vazaram as instruções que a regem, exercer, sob triplice aspecto, o mandato a que o título corresponde: — a) solicitar esclarecimentos, isto é, inquirir; b) oferecer contestação, portanto, refutar; c) emitir opinião pessoal, conseqüentemente, expor.

Consigno, sem reboço, que não me acode qualquer solicitação de esclarecimentos. O problema está perante nossos olhos na crueza com que ergue um desafio permanente. Ademais, não me ocorrem motivos para contestação. Em tese, seria negar a própria evidência. Resta-me, pois, a faulidade que me possibilita emitir opinião pessoal. Não a esquecerei, menos pelo respeito à obrigação que decorre do convite com que me distinguiram e mais pelo valor da oportunidade que me entreabre para fornecer uma contribuição que outro valimento não possui que não a sinceridade que a inspira e conduz.

Assim é que me permitirei lembrar que o tumulto em que pompeia o conflito das economias nacionais, talvez, não deva ser visto à hora atual como expressão clássica do fenômeno cíclico das crises; antes, parece assinalar a transição em que algo se enforma e constitui para o advento de uma nova fase na marcha da humanidade. Convenhamos que a violência telúrica das forças que se medem e golpeiam, naturalmente, desperta semelhante idéia. Evocou o conferencista a teoria astrofísica de Eddington, recordando que o equilíbrio inicial da massa gasosa, súbitamente rompido pela brutalidade da explosão, originou miríades de fragmentos que, atirados ao espaço, continuaram a vagar à mercê dos sistemas que articula a gravitação gerada pelo movimento que desencadeou a expansão da hecatombe. Todavia, não se contentou; espírito lúcido, buscou um arremate e logo o obteve: — ao expansionismo do Universo associou a contração da Terra. Ora, quem nos diz que não estejamos em véspera de presenciar um alargamento das condições favoráveis à criação humana e um cerceamento dos fatores que lhe são hostis ou molestos?

Um historiador, adiantando a resposta que daria se lhe perguntassem de que procedeu o esplendor do Século XVI,

resposta que vale mencionar — “a Renascença foi o resultado do triunfo do comércio baseado na moeda e no crédito sobre o antigo sistema individual do tráfico por permuta” — declina as razões em que se sustém e, atribuindo à cédula fiduciária, “mais eficiente do que os ducados”, influência ponderável no surto de prosperidade, anota que, anteriormente, se “lavrava um desejo veemente de emancipação” e “a liberdade adejava no ar”, contrastando “em parte alguma inflava o peito humano, com um sentimento de altivez e de independência, como atrás das muralhas protetoras de uma cidade solidamente fortificada”. O entrelaçamento de interesses, transpondo “as muralhas protetoras”, cinto “de uma cidade solidamente fortificada”, amplia a área da comunidade, estendendo a segurança que satisfaz a “um desejo veemente de emancipação”, corporifica “a liberdade” que “adejava no ar”, enfim, provoca e alimenta “uma época particularmente digna de atenção”, porque marca “o momento em que se generalizam as tendências e aspirações, que, política, religiosa e artisticamente se manifestavam intermitentes e esporádicas nos séculos que o precederam”. Objetar-se-á que sacrificou a antiga “noção de universo”, e derrubou a “organização política e social da Idade Média”. Mas, interpondo o burguês no choque do servo que trabalha com o clérigo que reza e o nobre que administra, franqueia à plebe, “povo comum”, o caminho franco para o campo vicioso em que exercitará as energias que cedo despenderá em proveito da renovação que zela pela vitalidade do conjunto. Não é um caso isolado, porém uma cadeia de exemplos: — a luta pela emancipação do homem, irmanando bárbaros e cidadãos; a peleja pela liberdade de consciência, congregando crentes e herejes; a arrancada pela igualdade política, nivelando nobres e plebeus; então, por que irá diferir na campanha pela redenção econômica?

Eis o ensinamento que me aconselhou, vai para semanas, falando em São Paulo, durante o encerramento da segunda série de palestras a que o IDORT patrocinou, serenamente a escudar-me na opinião de Jacques Maritain, quando rebate que “o fim da sociedade é o bem individual ou a simples reunião dos bens individuais de cada uma das pessoas que a constituem”, dado que “semelhante fórmula a dissolveria em benefício de seus componentes”, arrastando-a à “anarquia dos átomos” ou “à velha concepção anarquista; mascarada de materialismo burguês, segundo a qual toda a função da cidade consiste em velar pelo respeito da liberdade de cada um, oprimindo os fortes livremente os débeis”. Firmando que “o fim da sociedade é o bem comum, o bem do corpo social”, resguarda que “não se entende que o bem do corpo social é um bem comum de pessoas humanas como o corpo social é um todo de pessoas humanas”, porque “esta fórmula, por sua vez, conduziria a outros erros, erros do tipo coletivista ou totalitário”. Não: redigindo “Os Direitos do Homem e a Lei Natural”, sustenta que “o bem comum da cidade não é a simples reunião dos bens privados ou o bem próprio de um todo que com ele se relaciona e sacrifica as partes de per si, tal como a espécie, por exemplo, posta em relação aos indivíduos ou a colméia relativamente às abelhas; é a boa vida humana

da multidão, uma multidão de pessoas, isto é, uma multidão de totalidades, simultaneamente, materiais e espirituais, principalmente espirituais, ainda que aconteça viver mais a miúdo a carne que o espírito”. Sustenta, e particulariza: — “O bem comum da cidade é a comunhão das pessoas em bem viver; portanto, comum ao todo e às partes, digo às partes como se fôsem todos, porque a noção de pessoa significa totalidade; é comum ao todo e às partes sobre as quais ele se envolve e que devem com êle beneficiar-se”.

Note-se; tomava-a como uma das referências para asseverar que

“... se o problema do bem-estar é peculiar a cada zona e comum à universalidade das regiões, urge reconhecer que, acima de tudo, é um problema de justiça. Sobrepõe-se aos estorvos que tolham as pesquisas em torno de saber “como determinar o que é estritamente necessário ao homem”; excede o âmbito dos programas que se proponham a “evitar a grande e perigosa depressão, causada pelas oscilações da massa dos sem trabalho”; ultrapassa o formalismo das cláusulas que externem o propósito de “assegurar não só a melhoria das classes trabalhadoras como também o seu progresso econômico e proteção social”, porque se levanta e situa na linha do horizonte, dominador e soberano, qual afirmação franca e categórica em que o consenso unânime profere a “perpétua e constante vontade de dar a cada um o que lhe é devido”.

Se a escravatura abateu o trabalho livre como a servidão extinguiu a escravatura e o regime do salário, derrubando os fortins do artesanato, encerrou a servidão, não duvidemos que a posse e o uso da eletricidade, mais que o vapor, tirando da musculatura animal, apesar da estafa, a sobrecarga de arcar com os pedidos que se avolumavam, tombando freqüentemente na hemiplegia das congestões, não sejam capazes de ditar e impor, comandando os meios de produção, embora a custo de alterações no direito de propriedade, melhor o ajustando aos reclamos do consumo e conveniências da distribuição, e o processo evolutivo sempre aprimora, um ambiente que ampare e defenda o homem nas legítimas exigências que lhe pautam a existência e favorecem a procriação. Sim; “não há mais lugar para regimens fundados em privilégios”, uma vez que “subsistem somente os que incorporam toda a Nação nos mesmos deveres e oferecem, equitativamente, justiça social e oportunidades na luta pela vida”, consoante a sábia advertência do Presidente Vargas.”

*

*. *

O Prof. Giorgio Mortara :

“O assunto da conferência do Dr. Lyra Madeira é tão vasto e importante, e os aspectos encarados pelo ilustre demógrafo na sua sugestiva exposição são tão numerosos e variados, que os prazos de 24 horas para a preparação e de 10 minutos para o debate, que me foram demarcados pela férrea — aliás, justa — disciplina do DASP, tornariam temerária, e inevitavelmente superficial, qualquer tentativa de discussão geral, por minha parte.

Só quero acentuar, a esse respeito, a necessidade de ser considerada a solução de alguns problemas demográficos internacionais como uma das bases indispensáveis de uma paz durável. A coexistência pacífica de povos comprimidos em restritas zonas, com densidades superiores à de 100 habitantes por quilômetro quadrado, com outros, senhores de imensos territórios, com densidades inferiores à de 10 habitantes por quilômetro quadrado, é tanto improvável, no âmbito internacional, como a convivência cordial do lavrador faminto com o rico ocioso no âmbito nacional. Entretanto, a redistribuição da população mundial representa uma tarefa de alcance tal, que somente através de uma demorada e paciente ação preliminar de estudo, esclarecida pela ciência e inspirada pelo amor ao próximo, seja talvez possível encaminhá-la para a realização. A exposição do Dr. Lyra Madeira oportunamente visou divulgar o conhecimento da existência, da amplitude e da urgência desses problemas.

Acêrca de dois pontos particulares, quero trazer uma pequena contribuição complementar, aproveitando os resultados dos estudos que, sob a sábia orientação do Prof. Carneiro Felipe, estão sendo conduzidos no Serviço Nacional de Recenseamento. Ambos êsses pontos referem-se às condições demográficas do Brasil.

A taxa de natalidade dêste país não pode ser determinada diretamente, porque em muitas Unidades a estatística do registro civil abrange apenas uma pequena fração dos nascimentos efetivamente ocorridos. Há Estados em que a proporção dos nascimentos que escapam a essa estatística atinge, e talvez exceda, 90%. Porém, em alguns Estados a estatística do registro civil, embora não completa, abrange a grande maioria dos casos efetivamente verificados; assim em São Paulo, onde a taxa média de natalidade do quadriênio 1939-42, calculada conforme essa estatística, se aproximaria de 32 por 1.000 habitantes. A análise dos dados por municípios e a comparação com os resultados do censo demográfico de 1940 dão, entretanto, indícios certos da existência de sensíveis lacunas na estatística dos nascimentos segundo o registro civil; parece provável que a taxa de natalidade paulista exceda o nível de 36 por 1.000 habitantes, e talvez atinja o de 38. Em outros Estados encontram-se níveis mais elevados. Pesquisas baseadas nos resultados do censo de 1940 para o Piauí, o Rio Grande do Norte, Mato Grosso, a Bahia e o Pará, indicam que as respectivas taxas de natalidade excedem a nível de 40 por 1.000 habitantes e, talvez, em alguns casos, o de 45. Para o conjunto do Brasil, concordo com a estimativa do Dr. Lyra Madeira, de uma natalidade de 40 por 1.000 habitantes, entendendo-se êste 40 como expressão aproximada de um nível não determinável com precisão mas provavelmente compreendido entre os limites de 38 e 42 por mil.

Fala-se muito na diminuição da natalidade, em consequência da limitação voluntária da prole, no Brasil. Sem dúvida essa limitação se está manifestando, mas em medida ainda moderada e com localização restrita em alguns centros urbanos, e sobretudo na capital federal. Na população desta, o número médio dos filhos nascidos vivos tidos pelas mulheres prolíficas de 50 anos e mais — as que já esgotaram a sua atividade reprodutora — é inferior a 6, enquanto no Rio Grande do Norte, zona

típica de proliferação não limitada, quase atinge 9, conforme as informações obtidas pelo censo de 1940.

Talvez nas gerações mais moças a limitação seja mais intensa. Devo, todavia, honestamente advertir que uma pesquisa especial efetuada pela Seção de Apuração do Serviço Nacional de Recenseamento parece indicar a moderada extensão desse costume. Na ocasião do censo de 1890 fôra realizado no Distrito Federal um inquérito acêrca do número dos filhos tidos e dos filhos ainda vivos de 42.309 casais recenseados. Repetiu-se o inquérito, com referência aos 252.138 casais encontrados pelo censo de 1940.

O número médio dos filhos tidos, nascidos vivos, de cada casal, desceu de 3,28 em 1890 para 3,01 em 1940; o número médio dos filhos de cada casal ainda vivos na data do censo manteve-se no nível de 2,46, a redução da mortalidade na infância e adolescência compensando totalmente o efeito da sensível, mas não grande, diminuição da natalidade.

O segundo ponto que desejo frisar é o da mortalidade infantil. Segundo cálculos do Gabinete Técnico do Serviço Nacional de Recenseamento, a proporção dos sobreviventes no 5.º aniversário, de 1.000 nascidos vivos, conforme a mortalidade verificada nos anos 1939-41, é de 773 no Distrito Federal e de 809 no Município de São Paulo. Em outras palavras, de 1.000 nascidos vivos, 227 no Distrito Federal e 191 em São Paulo falecem antes de alcançar o 5.º aniversário. A significação dessas proporções pode ser bem esclarecida pela comparação com os países mais adiantados. Conforme as tábuas de sobrevivência calculadas no último decênio anterior à guerra atual, a proporção dos falecidos nos primeiros 5 anos de idade era de 56 por 1.000 nascidos vivos na Austrália, 60 na Holanda, 62 na Suécia, 67 na Noruega e na Suíça, ou seja três vezes menor do que nas duas máximas aglomerações urbanas do Brasil. Mesmo em Estados mais populosos encontravam-se proporções próximas da metade das brasileiras, como as de 76 falecidos nos primeiros 5 anos de idade por 1.000 nascidos vivos na população branca dos Estados Unidos e 107 na população preta, de 90 na Inglaterra e Gales, 95 na Alemanha, 108 na França.

A experiência internacional mostra que a mortalidade das crianças pode ser reduzida pelo menos de 50% em comparação com os níveis atuais do Rio de Janeiro e São Paulo, que de certo já são inferiores à média geral do Brasil. Não sejam invocados o clima ou a raça como justificação da alta mortalidade das crianças neste país, pois a ação dêstes fatores é muito secundária em comparação com a de outros que podem ser resumidos em duas palavras: miséria e ignorância. Elevando-se o nível material e intelectual da existência, ver-se-á diminuir no Brasil, como diminuiu em tantos outros países, a mortalidade nas idades infantis."

*
* *

Oferecida, a seguir, a palavra ao conferencista, S.S. preferiu não apresentar tréplica, uma vez que, declarou, nenhuma divergência fundamental a justificava, limitando-se a agradecer a colaboração que os debatedores lhe haviam prestado.